


PALAVRA DE CRIANÇA

Karin Koshima

s maus tratos e o abuso sexual contra crianças e adolescentes vem, há décadas, chamando a atenção. Porém, recentemente este assunto começa a ser visto, falado e discutido. Notícias envolvendo casos de abuso chegam através de jornais e TV, mas a posição de muitas pessoas permanece a mesma, como se fosse uma realidade distante e rara, ou vista como fantasias ou mentiras.

É realmente muito difícil ter uma idéia exata da amplitude e do que seja esta realidade, devido ao grande silêncio que cerca essa questão. Existe a reticência e o medo das crianças em falar e surdez e o medo dos adultos em escutá-las.

Que realidade é esta do abuso sexual? O que pensam e sentem estas crianças? Que mecanismos de coerção esses abusadores utilizam? Como trabalhar a psicanálise articulada com a questão jurídica? Como as crianças vivenciam o incesto?

Tentar abordar estas questões só foi possível devido a atitude de crianças que tiveram a coragem de não silenciar. Tenho como base um trabalho de dois anos, coordenando o setor psicossocial do CEDECA (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente), que no momento dá apoio psicológico e jurídico a 56 crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, e onde já passaram mais de cem crianças que vivenciaram essas situações. É a partir da história e do discurso delas que tentarei articular algumas questões.

Etimologicamente, o abuso sexual indica a separação e o afastamento do uso (“Us”) normal. O abuso sexual é ao mesmo tempo um uso errado e um uso excessivo, ultrapassar os limites, e, portanto, uma transgressão.

Segundo Marceline Gabel, “*O abuso sexual deve ser claramente situado no quadro dos maus tratos infligidos à infância. Essa noção, assinala o alargamento de uma definição em que se passou da expressão - **Criança espancada** - na qual se mencionava apenas a integridade corporal, para - **Criança maltratada** - na qual se acrescenta os sofrimentos morais e psicológicos. Maus tratos abrange tudo o que uma pessoa faz e concorre para o sofrimento e alienação da outra*”.¹

Trabalhando com essas crianças, percebemos que a grande maioria leva algum tempo até contar a alguém sobre o abuso sofrido, seja no âmbito familiar ou extrafamiliar. Todas que não falaram imediatamente sobre o abuso, revelaram o medo de não serem acreditadas, de não terem a sua palavra de criança escutada. **“Eu tentei contar várias vezes, eu tentava mas ninguém me ouvia. Todo mundo me olhava desconfiado e dava risada. Eu sofri muito”** (sic). Essa frase foi dita no primeiro atendimento de uma menina de onze anos, que vinha sendo abusada sexualmente pelo pai desde os seis anos e que tinha recentemente contado à sua irmã mais velha. Felizmente ela acreditou.

¹ Gabel, Marceline. Crianças Vítimas de Abuso Sexual, São Paulo, Ed. Summus, 1997, (p.10)

Além do medo do descrédito na sua palavra, o medo da reação dos responsáveis ou das ameaças do agressor, além da vergonha e da culpa, são os elementos que contribuem no prolongamento do silêncio que envolve os abusos sexuais. **“Eu vou ser presa, vocês vão me castigar”** (sic), essa foi a reação desesperada de uma menina de nove anos, que vinha sendo abusada, desde os sete, por um vizinho de sessenta anos, no momento em que foi questionada pela mãe. Outra garota de dezessete anos que foi abusada quatro vezes pelo pai, a partir dos onze anos, conta que nunca falou por que ele a ameaçava e que se ela contasse separaria da mãe e elas iriam morrer de fome. Uma outra menina que foi violentada pelo tio, dos cinco aos onze anos conta: “Cada vez que o tempo passava, ficava mais difícil contar, minha mãe não prestava atenção em mim, eu dava pistas, tentava falar, ela é muito rígida. Tinha muito medo dela perguntar porque eu não contei antes, mas eu só queria proteger eles, manter minha família unida. Mas não adiantou nada, eu não presto e quero morrer”.

Portanto, é depois da revelação, com todas as suas dificuldades, que podemos entender o caminho subjetivo que as fez ter a iniciativa de revelar o abuso, enfrentando toda a sociedade e muitas vezes a própria família. Silenciar seria o mais fácil, visto as dificuldades em levar ao plano social este tema, mas em vários desses meninos e meninas, emergiu a necessidade de dar voz aos seus sentimentos, em pedir através da sua fala ajuda para algo que não foi possível dar conta individualmente.

Irei tentar seguir o percurso da subjetividade, do íntimo da criança até o social, momento no qual pede socorro. É a partir destas palavras de criança, perdidas no meio de tanto silêncio, que iniciamos o nosso trabalho no CEDECA. Quando chegam, invariavelmente já denunciaram o fato, já romperam, mesmo que timidamente, com o silêncio. Isso aumenta, e muito, a nossa responsabilidade. Temos que saber fazer com estas palavras.

A necessidade de saber da sexualidade, aparece bem cedo na criança, e geralmente encontram no adulto respostas evasivas e pouco consistentes. Percebem que este é um tema quase proibido e que devem dissimular aos pais aquilo que aprendem de outra fonte. *“O segredo está associado ao despertar das primeiras curiosidades sexuais e à culpa”*.²

O complexo de Édipo diz respeito a uma relação triangular pai-mãe-filho. Fala do desejo da criança por um dos pais do sexo oposto e ao desejo inconsciente de morte do rival. O tabu do incesto é um dos efeitos do complexo de Édipo, além da instauração da moral.

A culpa é uma das facetas da moral, que é inicialmente externa, mas que a criança vai internalizando, ao construir o superego. Renunciando a satisfação dos desejos edípicos a criança se identifica com os pais e interioriza os interditos parentais.

No conflito do superego com o ego, o que mais vemos manifestado é a culpa, mesmo quando, logicamente, não haveria nenhuma razão para isto. Esse talvez seja um dos principais pontos na análise de crianças vítimas de abuso sexual.

Entendendo a culpa como interior ao sujeito, percebemos que esta, muitas vezes, trás conseqüências mais graves que o abuso sexual. A criança com muita facilidade encontra razões para sentir-se culpada, e o abusador faz um uso perverso dessa culpa. É muito comum que as crianças digam que sentem-se culpadas de não terem falado logo sobre o abuso, de terem tido prazer em algum momento ou de terem sentido-se especiais ao serem escolhidas e desejadas pelo pai, padrasto ou algum adulto significativo na sua vida. Porém esse discurso não chega cristalino desta forma, vem mesclado de sentimentos contraditórios como raiva, nojo, e em vários momentos de não compreensão do que aconteceu. “Eu pensava que ele fazia isso porque gostava mais de mim do que das minhas

¹ Lamour, Martine. In Gabel, M. Crianças Vítimas de Abuso Sexual, São Paulo, Ed. Summus, 1997, (p.48)

irmãs. Mas quando eu ví ele fazendo a mesma coisa com a minha irmã menor fiquei com muita raiva”.

Ferenczi, no seu artigo sobre a confusão de línguas (1933), fala da Síndrome de Adaptação da Criança Vítima de Abuso Sexual: O primeiro movimento da criança seria a recusa, o ódio e o nojo, isso se não existisse um medo intenso. As crianças sentiriam-se física e moralmente indefesas, e este medo, quando atinge o ápice, obriga-as a submeterem-se automaticamente à vontade do agressor, adivinhando o seu menor desejo e identificando-se totalmente com o agressor.

Essa identificação ansiosa seria a introjeção do sentimento de culpa do adulto. Ela viveria uma grande confusão, é ao mesmo tempo, inocente e culpada, e sua confiança no testemunho de seus próprios sentidos está abalada. A criança torna-se um ser que obedece mecanicamente, mas já não consegue dar-se conta das razões desta atitude. Some-se a isto, em sua grande maioria, uma família numerosa num ambiente pequeno, pais agressivos e alcoolizados e mães pouco presentes e dependentes do marido. Através de que mecanismos uma criança terá forças para romper com tal situação? A verdade é que muitas, de alguma forma, encontram esta força e a partir daí, iniciamos o nosso trabalho.

Nos deparamos diariamente com vários casos de abuso sexual de todos os tipos, com vários personagens, mas sem dúvida, o mais difícil de lidar é o incesto. Falarei do incesto, que é recolocado por meio da palavra da criança, no campo social.

Freud em 1905 fala que o futuro da curiosidade intelectual, origina-se do que a criança sente diante dos mistérios da vida, onde de enigma em enigma, irá construindo as suas teorias, distantes dos quadros dos pais.

E o que pensar de famílias que vivem em apenas um cômodo, sem um limite geográfico e sem um limite entre as gerações? Essa não é uma realidade distante e atinge uma grande parte das famílias da periferia.

É muito comum que mediante campanhas de esclarecimentos nas escolas revelações surjam. Temos dois casos que surgiram desta forma. Nesses momentos, é como se essas crianças e adolescentes agarrassem a única chance em ter sua voz ouvida. Em outros, é como se as palavras ouvidas nas escolas, legitimassem a sua história. Através de uma voz externa, o interdito do incesto surge e sua voz aparece. Mas nunca deixo de pensar nos rostos com medo e dúvidas que observamos e que mantêm-se em silêncio. Quantas vozes mantêm-se caladas e até quando?

O segredo do incesto comporta uma proibição de verbalizar os fatos e até de pensar. Proibição através de ameaças e outras ligadas ao tipo de relação de poder estabelecido nessas famílias, uma comunicação não verbal, comunicação por atos, predominante nas famílias que maltratam suas crianças.

Logo que iniciei o trabalho com abuso sexual, o que mais me chamou a atenção foi o comportamento agressivo ou totalmente calado das crianças que chegavam para atendimento. Muitas gritavam, outras tantas entravam mecanicamente e mantinham-se em silêncio por um longo tempo. Winnicott define trauma em 1969 como *“É aquilo contra o qual o indivíduo não possui uma defesa organizada, de maneira que um estado de confusão sobrevém, seguido talvez de uma reorganização das defesas, estas, um tipo mais primitivo”*, fala ainda que *“O trauma implica em um colapso na área da confiabilidade da criança em um meio ambiente”*.

A dificuldade neste momento inicial dependerá fundamentalmente do impacto que a revelação do abuso teve na sua vida. A família, a escola, a comunidade e a recepção na delegacia, quando for o caso, terão papéis determinantes.

Uma das crianças, um menino de 7 anos que era abusado sexualmente pelo primo de 22, ao chegar ao CEDECA, gritava e enfiava a cabeça entre as pernas. O primo o levava ao quintal e mantinha relação sexual anal. Uma vizinha presenciou o ato e contou para a mãe de L. O menino L. falava “Eu não contei porque ele ameaçava bater em mim e não me deixar mais brincar”. Toda a vizinhança ficou sabendo do ocorrido e a frase mais dita era “Errado é quem deu e não quem comeu”. Acrescente a isso, as piadas dos colegas na escola, que o chamavam de bicha e o posicionamento dos parentes acusando-o de querer colocar o primo na cadeia. Este é o contexto de um entre milhares de casos de abuso sexual infantil. Não é de se estranhar o descontrole e a descrença na sua palavra, na família e na justiça para este menino. “*O trauma significa uma quebra de fé*” (Winnicott, 1965).

A desestruturação da família é outro fardo que essas crianças precisam enfrentar. Falo não só da separação dos pais, quando quem abusa é o pai ou padrasto, mas também do afastamento de avós, tios, primos, etc. Esse é um fato muito comum após a revelação.

C. aos 10 anos começa a ficar desleixada e rebelde, diz odiar o pai. O pai ia ao seu quarto à noite e mantinha relações sexuais com ela. Sete anos depois, aos 17 anos, conta o fato ao namorado que resolve contar para a mãe. A mãe se separa, mas C. permanece fria e desconfiada de tudo. Não tem amigos e fala constantemente que gostaria de morrer. Nos atendimentos revela que a sua maior dor é a separação da avó paterna, com a qual não teve mais contato, após ter dado a queixa na delegacia. Hoje vive sozinha com a mãe, que não tem família. O pai morreu 2 anos depois da revelação, negando o abuso para toda a família, que continua acreditando que C. é mentirosa.

Um outro ponto importante é a cegueira ou omissão das mães, apesar das pistas que os filhos dão. Desenvolvemos, paralelamente ao atendimento com as crianças, um trabalho em grupo com as mães. Várias delas revelaram terem sido vítimas de abuso na infância. Este é um ponto bastante discutido na literatura, mas que toma uma outra dimensão ao vermos os rostos impotentes e que por tanto tempo guardaram tão precioso segredo.

O incesto não é uma relação sexual entre duas pessoas, mas nasce de uma estrutura familiar que favorece essa questão, onde existe uma colaboração, consciente ou inconsciente, de outros membros da família.

Segundo Cláudio Cohen (pág. 213 - apostila) “*A proibição do incesto proporciona ao indivíduo uma nova estrutura no nível psicológico e social. No âmbito psicológico, a proibição dos desejos edípicos, o NÃO é um ordenador mental e emocional e permite ao indivíduo estruturar o superego e desenvolver o ego*”¹. Os pais que deveriam ter uma função fundamental na repressão das pulsões, obrigam essas crianças a obedecer ao seu desejo, não as ensinando a dizer não, e as mães cegas e omissas repetem, em muitos casos, a sua própria história, reduzindo o filho à condição de objeto.

É neste contexto que nasce a particularidade do nosso trabalho, onde a criança busca um terceiro protetor, a partir da necessidade de uma lei exterior que barre a lei familiar e de um espaço onde será escutado. O encontro com este terceiro, permite que a sua palavra, tão abafada e desacreditada, se torne uma palavra social. Inicia-se um processo socio-judicial que apela para intervenções em diferentes níveis.

Ao tornar a sua palavra social, um atalho é oferecido à essa criança para a solução do seu problema, mas ao preço da exposição do seu íntimo. O que antes era total silêncio, passa a ser exposto, de forma repetitiva e desgastante, no cumprimento dos procedimentos jurídicos.

¹ Cohen, Cláudio. In *Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do Conhecimento*, Ed. Cortez, 2ª Edição, (p.212)

Ajuriaguerra em 1974 fala : “Devemos saber, antes de julgar muito facilmente o adulto, que, a verdade nem sempre sai da boca das crianças”. Esse é um antigo preconceito, mas que em muito tem contribuído para o sofrimento das crianças que por conta da sua revelação, são confrontadas com a justiça, onde a palavra de um adulto não pode ser invalidada pela de uma criança. Por que a palavra de uma criança valeria menos que a de um adulto ? O testemunho que posso dar é de que, nos mais de cem casos que acompanhamos, nunca ficou comprovado que uma criança tenha acusado alguém injustamente, e acho que isto é bastante significativo.

Um outro ponto é a manifestação da vontade de que o agressor seja condenado, mesmo quando este é da família. Porém não percebo isto como um ato de vingança, e sim, como uma necessidade de que essa lei externa, a lei jurídica, ponha um limite na sua história e fundamentalmente legitime a sua palavra. Ouvir uma sentença de condenação, em muitos casos tem um efeito reparador e libertador.

É claro que não são todos os que se manifestam dessa forma, alguns querem que o pai, tio ou padrasto “apenas pare de fazer isto” (sic), outras tem pena dos filhos do abusador quando este for preso e alguns tem medo da vingança quando forem libertados. Nesses momentos agrega-se mais uma peculiaridade ao nosso trabalho: dessas duas palavras qual delas escutar ? “Aquela que desvela um fato repreensível que recai sobre a lei ? Ou aquela que exprime o seu desejo, duplo mas contraditório: uma sanção, mas sem a justiça no meio?”⁴.

Por isso é necessário muita resistência e um trabalho de equipe multidisciplinar, visto que muitos aspectos estão entrelaçados nesta problemática. Trabalhamos numa equipe composta por psicólogos, advogados, assistente social, socióloga e musicoterapeutas, além do contato direto que temos com delegados e juizes. Sem essa multidisciplinariedade o nosso trabalho talvez não tivesse a eficácia necessária.

Concluindo, entendemos o abuso sexual como uma questão íntima e pessoal da criança, mas também inserida na proteção dos direitos da criança, sendo um problema de saúde e um problema social. É necessário dar voz a essas crianças, quebrando a barreira do silêncio que cerca este assunto, para que a sociedade tome consciência da dimensão real deste problema.

Esperamos que a sociedade à qual a criança apelou, dê-lhe uma resposta segura, já que, até revelar o seu segredo, teve que passar por um difícil trabalho interior. Depois deste passo, devemos reconhecer, juntamente com o direito ao seu próprio corpo, o dever de dar um encaminhamento adequado a sua demanda. Se falou, é porque, segundo Winnicott(1971), não tinha ainda perdido a esperança, e é nisso que apostamos neste trabalho.

Referências Bibliográficas

Gabel, M. (org) Crianças Vítimas de Abuso Sexual. São Paulo, Ed. Summus, 1997.

Ferenczi, S. Confusão de Línguas entre Adultos e Crianças, Obras Completas. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1992.

Azevedo, M.A. e Guerra, V. N de A. Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do Conhecimento. Ed. Cortez, 2ª Edição

¹ Gabel, Marcelline. Crianças Vítimas de Abuso Sexual, São Paulo, Ed. Summus, 1997, (p.10)

² Lamour, Martine. In Gabel, M. Crianças Vítimas de Abuso Sexual, São Paulo, Ed. Summus, 1997, (p.48)

³ Cohen, Cláudio. In Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do Conhecimento, Ed. Cortez, 2ª Edição, (p.212)

⁴ Crivillé, Albert. “Nem muito nem pouco, exatamente o necessário”, in Crianças Vítimas de Abuso Sexual, São Paulo, Ed. Summus, 1997